

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.254 - MG (2019/0042389-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : PABLO DAVI MARTINS DIAS (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por PABLO DAVI MARTINS DIAS contra acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC n. 1.0000.18.126552-1).

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do recorrente, denunciado como incurso no art. 157, § 2º, I, do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 47):

EMENTA: HABEAS CORPUS - ROUBO MAJORADO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE - DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA - ORDEM DENEGADA. 1- Não merece ser acolhida a alegação de ausência de fundamentação, se o il. Magistrado a quo decreta a prisão preventiva do paciente quando presentes os requisitos autorizadores da medida extrema. 2- O decreto prisional mostra-se necessário para a garantia da ordem pública e para aplicação da lei penal, especialmente tratando-se de delito doloso e em razão do modus operandi que envolveu a empreitada criminosa, não se podendo olvidar que o réu se encontrava em local incerto e não sabido, demonstrando a clara intenção de dificultar a aplicação da lei penal.

Daí a presente irresignação, na qual a defesa aduz a ausência de fundamentação concreta do decreto prisional.

Requer, liminarmente, seja determinada a expedição de salvo conduto em favor do recorrente.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa

minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator